

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.781 - RS
(2019/0337405-6)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : VLADIMIR LEONARDO DE OLIVEIRA BELLO
ADVOGADO : GABRIEL DINIZ DA COSTA - RS063407
AGRAVADO : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADO : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971
ADVOGADOS : PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275
GABRIEL LOPES MOREIRA - RS057313
IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993
ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568
PEDRO HENRIQUE BARROS ARAUJO - GO050953

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por VLADIMIR LEONARDO DE OLIVEIRA BELLO, em face da decisão monocrática de fls. 417/418, e-STJ, proferida pelo Ministro Presidente desta Corte, que não conheceu do agravo em razão da incidência da Súmula 182 do STJ.

Irresignado, o insurgente interpõe agravo interno (fls. 420/425, e-STJ), argumentando, em síntese, ser inaplicável o aludido verbete sumular, porquanto impugnados todos os fundamentos da decisão ora agravada.

Impugnação às fls. 429/440, e-STJ.

Ante as razões expendidas no agravo interno, reconsidero a decisão monocrática anteriormente proferida, em relação à incidência da Súmula 182 do STJ, e passo, novamente, à análise da insurgência extraordinária.

Depreende-se dos autos que o recorrente interpôs agravo em recurso especial, em face de decisão denegatória de seguimento ao recurso especial (fls. 364/371, e-STJ).

O apelo nobre, interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 260, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INDEVIDA MANUTENÇÃO DE GRAVAME. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO NO CASO CONCRETO.

A indevida manutenção de gravame não enseja a ocorrência de abalo moral *in re ipsa*, sendo indispensável a demonstração de circunstância especial capaz de atingir os direitos de personalidade e que não se confunda com mero dissabor, o que não restou comprovado no caso concreto.

APELO IMPROVIDO.

Opostos embargos de declaração (fls. 268/275, e-STJ), esses foram rejeitados.

Nas razões do especial (fls. 286/317, e-STJ), o recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil; 373 e 1022 do Código de Processo Civil/15. Sustentou, em síntese: i) negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem ao se omitir sobre os dispositivos legais tidos por violados nos embargos de declaração; ii) o descumprimento de acordo com a

não liberação do gravame enseja dano moral *in re ipsa*.

Contrarrazões às fls. 348/362, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 364/371, e-STJ), negou-se seguimento ao reclamo sob os seguintes fundamentos: i) ausência de negativa de prestação jurisdicional; ii) incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.

Daí o agravo (fls. 376/404, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual.

Sem contraminuta (fl. 405, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. No que diz respeito à alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15, observa-se que a parte recorrente alegou genericamente ter o acórdão hostilizado o afrontado, sem, contudo, demonstrar de forma clara como o *decisum* teria incorrido em omissão, contradição ou obscuridade. Ressalta-se que o insurgente afirma, apenas, não ter a Corte de origem se manifestado sobre os argumentos relevantes deduzidos. Não demonstrou, todavia, quais os argumentos que não teriam sido apreciados, a atrair, no ponto, o óbice da Súmula 284 do STF.

Dentre os vários precedentes a respeito, destaca-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Quanto à suposta violação ao art. 1.022, II, do CPC/15, há somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, sem especificação das teses que supostamente deveriam ter sido analisadas pelo acórdão recorrido. Ante a deficiente fundamentação do recurso nesse ponto, incide, por analogia, a Súmula 284 do STF. Precedentes.

(...)

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1331818/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 01/03/2019)

2. Quanto ao mérito da questão trazida no recurso especial, constata-se que a decisão recorrida encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a demora na baixa de gravame não configura dano moral *in re ipsa*.

Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211. BAIXA DE GRAVAME. DEMORA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

2. O atraso da baixa de gravame de alienação fiduciária, por si só, não caracteriza dano moral, sendo necessária a demonstração de circunstâncias que agravem a situação da parte.

3. Não tendo sido reconhecida pela Corte de origem nenhuma situação gravosa excepcional pela qual tenha passado o recorrente, além da demora na regularização da documentação do veículo decorrente da modalidade de

negócio firmado pelas partes, fica afastada a ocorrência de dano moral.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1344667/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 20/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURADA. DEMORA NA BAIXA DO GRAVAME. DANOS MORAIS IN RE IPSA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE FATO CAPAZ DE ENSEJAR INDENIZAÇÃO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. [...] 2. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional. Precedentes.

3. A revisão da conclusão estadual - acerca da ausência dos requisitos ensejadores da reparação civil pleiteada - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1749408/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 25/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BAIXA DO GRAVAME. DANO MORAL. NÃO OCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DIVERSO. REEXAME DE PROVA. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. [...]

5. A simples demora na baixa do gravame de alienação fiduciária de veículo automotor não é suficiente para ensejar dano moral, devendo ser demonstrada a presença de circunstâncias que ultrapassem o mero aborrecimento, o que não se verificou na espécie.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1703588/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 27/08/2018)

Desta forma, estando o acórdão recorrido em harmonia com a orientação firmada nesta Corte Superior acerca da matéria, o recurso especial não merece prosperar, ante a incidência da Súmula n. 83 do STJ, aplicável para ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Ademais, a Corte de origem assim tratou dos fatos narrados pelo ora insurgente (fls. 262/263, e-STJ):

Conforme jurisprudência desta Corte, em tendo havido desídia da instituição financeira em promover a liberação do gravame junto ao DETRAN, embora já quitada a dívida, flagrante é o descumprimento ao que prevê a Resolução nº 689, de 28 de setembro de 2017, do CONTRAN (que substituiu a Resolução nº 320, de 05 de junho de 2009 do mesmo órgão).

Porém, e modificando entendimento anteriormente adotado, mormente em razão de pacificação da matéria pelas Terceira e Quarta Turmas do E. Superior Tribunal de Justiça, a indevida manutenção de gravame, por si só, não enseja a ocorrência de abalo moral *in re ipsa*, sendo indispensável a demonstração de circunstância especial capaz de atingir os direitos de personalidade e que não se confunda com mero dissabor.

(...)

No caso concreto, do cotejo das alegações e prova produzida, a indevida manutenção do gravame, por si só, não enseja a caracterização do abalo moral pretendido, mas sim apenas transtorno, mero dissabor, nada tendo sido seguramente comprovado no sentido de apontar para a existência de especial circunstância capaz de atingir os direitos de personalidade a caracterizar prejuízo moral, razão pela qual improcede a pretensão de indenização por dano extrapatrimonial.

Nesse contexto, verifica-se que a análise dessa questão, na forma pretendida pelo insurgente, no sentido de afastar a conclusão da Corte de origem de que o fato ocorrido não passou de mero dissabor e reconhecer a existência de dano moral indenizável, pressupõe enfrentar o quadro fático delineado na instância ordinária, o que é vedado nesta via recursal extrema, vocacionada à discussão eminentemente jurídica.

Em semelhante sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUPOSTO CONSTRANGIMENTO POR SUSPEITA DE FURTO. DISPARO DE ALARME SONORO SEGUIDO DE REVISTA PESSOAL. AUSÊNCIA DE TRATAMENTO ABUSIVO POR PARTE DOS PREPOSTOS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

4. In casu, o v. acórdão recorrido concluiu, mediante análise dos elementos fático-probatórios dos autos, que a abordagem às consumidoras não se deu de forma excessiva ou vexatória, conforme alegado. Diante de tal contexto, a alteração desse entendimento demandaria o reexame de fatos e provas, providência vedada no recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 175.512/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 25/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO PARA, DE PLANO, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO - INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

[...]

2. O Tribunal local, ao considerar que as provas apresentadas pelo autor

Superior Tribunal de Justiça

foram suficientes para comprovar o fato constitutivo do direito alegado e que restaram demonstrados os elementos ensejadores do dever de indenizar pelos danos morais pleiteados, o fez com base na análise aprofundada do acervo probatório dos autos, sendo que a pretensão recursal demanda o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado por esta Corte Superior, a teor da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AgInt no AREsp 981.789/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 24/11/2017)

3. Do exposto, nego provimento ao agravo e, com fulcro no artigo 85, § 11, NCPC, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem, observados, porém, os efeitos do deferimento da gratuidade de justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator